



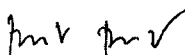
4594687

05
/ 12

ESTATUTO SOCIAL

**BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
"BB DTVM"**

1/1


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016



4594688

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta enviada à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

T. Briceu

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel
Assessora Plena
Deorf/Difin

Bernardo F. S. Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016

ESTATUTO SOCIAL
BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



4594689

Constituída por Escritura Pública lavrada no Livro 2445, fls. 46, em 15.5.86, no Cartório do 22º Ofício de Notas do Rio de Janeiro (RJ), arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (RJ), sob n.º NIRC 3330001980-4 (04.06.86) e cujo Estatuto Social foi modificado pelas seguintes Assembleias Gerais e seus respectivos registros: **29.08.1986** (166090 de 04.09.87), **06.02.1987** (166089 de 04.09.87), **27.03.1987** (166088 de 04.09.87), **29.04.1988** (189510 de 04.01.90), **22.08.1988** (203179 de 17.06.91), **21.04.1989** (203180 de 17.06.91), **28.12.1989** (203180 de 17.06.91), **20.03.1990** (198481 de 21.11.90), **27.04.1990** (198719 de 29.11.90), **15.10.1990** (205000 de 06.08.91), **30.04.1991** (205147 de 13.08.91), **28.06.1991** (205901 de 02.09.91), **29.04.1992** (215334 de 01.09.92), **30.04.1993** (620173 de 14.07.93), **05.10.1993** (649390 de 07.01.94), **27.01.1994** (658595 de 15.03.94), **28.04.1994** (680829 de 09.08.94), **02.09.1994** (700784 de 17.11.94), **25.04.1995** (746326 de 08.08.95), **23.04.1996**, (7977756 de 04.07.96), **23.04.1997** (0856025 de 02.07.97), **14.05.1997** (0859872 de 23.07.97), **13.10.1997** (0883941 de 02.12.97), **28.04.1998** (0920717 de 08.07.98), **11.09.1998** (946349 de 21.10.98), **13.10.1998** (958441 de 10.12.98), **30.04.1999** (995485 de 21.06.99), **25.04.2000** (1108814 de 11.10.00), **17.05.2000** (1081663 de 21.06.00), **26.06.2000** (1102989 de 18.09.00), **30.04.2001** (1162850 de 12.06.01), **25.05.2001** (1170051 de 10.07.01), **17.08.2001** (1192378 de 09.10.01), **16.11.2001** (1263281 de 21.08.02), **12.04.2002** (1270886 de 18.09.02), **28.10.2002** (1287034 de 22.11.02), **09.12.2002** (1301377 de 31.03.03), **26.04.2005** (1537197 de 19.07.2005), **28.04.2006** (1623441 de 20.07.2006), **17.08.2007** (1752060, de 21.11.2007), **17.04.2008** (1817813, de 11.07.2008), **18.08.2010** (2113001, de 11.11.2010), **30.12.2010** (2150335, de 18.02.2011), **27.04.2011** (2237195, de 21.09.2011) e **14.10.2011** (2276235, de 28.12.2011), 03.05.2016 (a registrar) e 24.06.2016 (a registrar).



4594690

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito
dos atos praticados, cuja cópia de carta emite-se à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel
Assessora Plena
Deorf/Diim

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016



4594691

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, NATUREZA, DURAÇÃO E SEDE

Art. 1º A BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (**BB DTVM**), pessoa jurídica de direito privado, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., rege-se por este estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis.

§ 1º O prazo de duração da BB DTVM é indeterminado.

§ 2º A BB DTVM tem sede e foro no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo criar ou suprimir filiais, sucursais, agências e escritórios em todo o território nacional e no exterior.

CAPÍTULO II – OBJETO SOCIAL

Objeto social

Art. 2º A BB DTVM tem por objeto:

- I - a administração e gestão de recursos de terceiros, incluídas as atividades concernentes:
 - a) à instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento;
 - b) à administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários;
 - c) à constituição de sociedades de investimento – capital estrangeiro e administração da respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
 - d) às operações de conta margem;
 - e) à compra e venda de títulos e valores mobiliários;
 - f) à subscrição, transferência e autenticação de endossos, ao desdobramento de cautelas e ao recebimento e pagamento de resgates, juros e outros créditos de títulos e valores mobiliários;
 - g) ao exercício de funções de agente fiduciário;
 - h) às operações no mercado de câmbio;
 - i) às operações compromissadas; e
 - j) à operação em bolsa de mercadorias e de futuros;
- II - a realização, por conta própria ou no próprio interesse, das operações previstas nas alíneas "d" a "j" do inciso anterior, o exercício das demais atividades e a prática de outras operações facultadas às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, desde que estritamente observadas as normas sobre segregação da administração de recursos de terceiros.

Vedações

Art. 3º Além de outras práticas vedadas pela legislação em vigor, a BB DTVM não poderá:

- I - prestar garantia que não seja para atingir os objetivos sociais;
- II - realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive por meio de cessão de direitos,



4594692

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos nele contidos, por meio de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hicket
Assessora Plena
Deorf/Difin

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016

ESTATUTO SOCIAL
BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

08
12



4594693

ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor;

- III - obter empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras, exceto aqueles vinculados a:
 - a) aquisição de bens para uso próprio;
 - b) operações e compromissos envolvendo títulos de renda fixa, conforme regulamentação em vigor; e
 - c) operações de conta margem de seus clientes, conforme regulamentação em vigor;
- IV - divulgar informações imprecisas, capazes de influir no curso de negociação com títulos e valores mobiliários;
- V - adotar práticas que, na forma da legislação em vigor, criem condições artificiais de demanda, de oferta ou de preço de títulos ou valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou distribuídos no mercado de capitais, ou manipulação de preços;
- VI - abrir crédito, emprestar, ou vender bens de qualquer natureza a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; e
- VII - emitir debêntures ou partes.

CAPÍTULO III – CAPITAL E AÇÕES

Art. 4º O capital social é de R\$ 109.698.472,10 (cento e nove milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e setenta e dois reais e dez centavos), dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

Parágrafo único. A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas.

CAPÍTULO IV – ASSEMBLEIA GERAL

Convocação e funcionamento

Art. 5º A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou nas hipóteses previstas em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou acionista e instalada ordinariamente até o mês de abril e extraordinariamente, sempre que os interesses da Sociedade o exigirem.

Parágrafo único. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Diretor-Presidente da BB DTVM ou por seu substituto ou, na ausência ou impedimento de ambos, por um dos Administradores da empresa presentes.

Competência

Art. 6º Além dos poderes definidos na lei, competirá especialmente à Assembleia Geral deliberar sobre:

- I - alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social ou de suas controladas; abertura do capital; aumento do capital social por subscrição de novas ações; renúncia a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas; venda de debêntures conversíveis em ações de sua titularidade de emissão de empresas controladas; ou, ainda, emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior;

4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



4594694

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito
dos atos praticados, consta de carta enviada a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel
Assessora Plena
Deorf/Difin

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016

09/12



4594695

- II - promoção de cisão, fusão ou incorporação;
- III - permuta de ações ou outros valores mobiliários; e
- IV - qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V – ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Seção I - Normas Comuns aos Órgãos de Administração

Requisitos

Art. 7º O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva são órgãos de Administração, integrados por brasileiros residentes no País, dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo.

Investidura

Art. 8º Os membros dos órgãos de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo único. Os eleitos para órgãos de Administração tomarão posse independentemente da prestação de caução.

Impedimentos e vedações

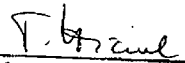
Art. 9º Não podem participar dos órgãos de Administração, além dos impedidos por lei:

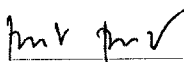
- I - pessoas que, de qualquer forma, estejam impedidas de exercer cargos em distribuidoras de títulos e valores mobiliários, por ato da Comissão de Valores Mobiliários ou do Banco Central do Brasil;
- II - os que estiverem inadimplentes com a BB DTVM ou com o Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, ou que lhes tenham causado prejuízo ainda não ressarcido;
- III - os que detenham controle ou direção de sociedade inadimplente com a BB DTVM ou com o Banco do Brasil S.A. e suas subsidiárias, ou que lhes tenham causado prejuízo ainda não ressarcido; ou
- IV - sócio, ascendente, descendente ou parente colateral ou afim, até o terceiro grau, de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva;
- V - os declarados inabilitados para cargos de administração em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em outras instituições sujeitas a autorização, controle e fiscalização de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, incluídas as entidades de previdência privada, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as companhias abertas;
- VI - os que estiverem respondendo pessoalmente, ou como controlador ou administrador de pessoa jurídica, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;
- VII - os que tiverem interesse conflitante com a BB DTVM, salvo dispensa da Assembleia.



4594696

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame ao Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF


9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel
Assessora Plena
Deorf/Difin


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016

ESTATUTO SOCIAL
BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



4594697

Parágrafo único. É incompatível com a participação nos órgãos de administração da BB DTVM a candidatura a mandato público eletivo, devendo o interessado requerer seu afastamento, sob pena de perda do cargo, a partir do momento em que tornar pública sua pretensão à candidatura. Durante o período de afastamento não será devida qualquer remuneração ao membro do órgão de administração, o qual perderá o cargo a partir da data do registro da candidatura.

Art. 10 Aos integrantes dos órgãos de Administração é vedado intervir no estudo, análise, deferimento, controle ou liquidação de qualquer operação realizada pela BB DTVM, com recursos próprios ou de terceiros, em que:

- I - direta ou indiretamente, sejam interessadas sociedades nas quais detenham o controle ou participação superior a dez por cento do capital social; ou
- II - tenham interesse conflitante com a BB DTVM ou o Banco do Brasil.

Parágrafo único. O impedimento previsto no inciso I do caput aplica-se, ainda, quando se tratar de sociedade na qual tenham ocupado cargo de administração em período imediatamente anterior à investidura na BB DTVM.

Perda do cargo

Art. 11 Perderá o cargo:

- I - salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho de Administração que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões ordinárias alternadas durante o prazo do mandato; e
- II - membro da Diretoria Executiva que se afastar, sem autorização, por mais de trinta dias.

Parágrafo único. A perda do cargo não elide a responsabilidade civil e penal a que estejam sujeitos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, em virtude do descumprimento de suas obrigações.

Remuneração

Art. 12 A remuneração dos integrantes dos órgãos de Administração será fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, observadas as prescrições legais.

Parágrafo único. A Assembleia Geral, nos exercícios em que forem pagos o dividendo obrigatório e a participação de lucros aos funcionários, poderá autorizar os membros da Diretoria Executiva a receber participação nos lucros da BB DTVM, pelo mesmo valor concedido aos membros de Diretoria do Banco do Brasil S.A., desde que o somatório dos valores pagos a título de participação nos lucros e resultados aos funcionários e participação nos lucros aos diretores não ultrapasse a 25% dos dividendos efetivamente distribuídos ao seu acionista no exercício de referência.

Dever de informar e outras obrigações

Art. 13. Sem prejuízo dos procedimentos de autorregulação atualmente adotados, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva deverão:

- I - comunicar ao Banco do Brasil S.A. e à CVM – Comissão de Valores Mobiliários:
 - a) imediatamente após a investidura no cargo, a quantidade e as características dos valores mobiliários ou derivativos de que sejam titulares, direta ou indiretamente, de emissão do Banco do Brasil S.A., de suas controladas ou das sociedades coligadas relacionadas à sua área de atuação, além daqueles de titularidade de seus respectivos cônjuges, companheiros e dependentes incluídos na declaração anual do imposto de renda;



4594698

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel
Assessora Plena
Deorf/Difin

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016

11
12



4594699

b) no momento da posse, ou de eventuais alterações posteriores, os seus planos de negociação periódica dos valores mobiliários e derivativos referidos na alínea "a" deste inciso, inclusive suas subseqüentes alterações; e

c) as negociações com os valores mobiliários e derivativos de que trata a alínea "a" deste inciso, inclusive o preço, até o décimo dia do mês seguinte àquele em que se verificar a negociação;

II - abster-se de negociar com os valores mobiliários ou derivativos de que trata a alínea "a" do inciso I deste artigo:

a) no período de 15 (quinze) dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e IAN); e

b) nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

Seção II - Conselho de Administração

Composição e prazo de gestão

Art. 14 O Conselho de Administração terá cinco membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano, dentre os quais um Presidente e um Vice-Presidente, permitida a reeleição. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros.

§ 1º Para o preenchimento das vagas no Conselho de Administração serão indicados:

I - quatro representantes, pelo Ministro de Estado da Fazenda, sendo, ao menos, três deles escolhidos dentre os membros do Conselho Diretor do Banco do Brasil S.A.; e

II - um representante, pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão escolhidos dentre os membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Vacância e substituições

Art. 15 No caso de vacância do cargo de Conselheiro, os Conselheiros remanescentes nomearão substituto para completar o mandato do substituído. Se houver a vacância da maioria dos cargos, estejam ou não ocupados por substitutos nomeados, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho será substituído pelo Vice-Presidente e, nas ausências deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente. No caso de vacância, a substituição dar-se-á até a escolha do novo Presidente do Conselho, o que deverá ocorrer na primeira reunião do Conselho de Administração que se seguir.

Atribuições

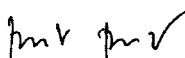
Art. 16 Além da competência definida em lei, caberá, em especial, ao Conselho de Administração:

I - aprovar as políticas, a estratégia corporativa, os planos e o orçamento da BB DTVM;

II - convocar, nos casos previstos em lei, a Assembleia Geral, apresentando propostas para sua deliberação;

III - deliberar sobre:

7


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

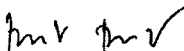
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016



4594700

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame ao Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF


9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel
Assessora Plena
Deorf/Dfin


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016

ESTATUTO SOCIAL
BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

12
12



4594701

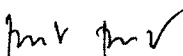
- a) distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;
 - b) pagamento de juros sobre o capital próprio; e
 - c) participações da BB DTVM em sociedades, no País ou no exterior;
- IV - eleger os membros da Diretoria Executiva;
- V - fixar as atribuições e as alçadas da Diretoria Executiva e dos seus membros, observado, em especial, o disposto nos arts. 22 e 23 deste Estatuto;
- VI - acompanhar e fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva;
- VII - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;
- VIII - aprovar o seu regimento interno e decidir sobre a criação, a extinção e o funcionamento de comitês no âmbito do próprio Conselho de Administração;
- IX - aprovar o regimento interno da Diretoria Executiva;
- X - autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais, a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a renúncia de direitos, a transação e o abatimento negocial, nos limites que fixar; e
- XI - decidir sobre:
- a) a organização interna da BB DTVM e a sua estrutura administrativa;
 - b) a criação, instalação e supressão de filiais, sucursais, escritórios e outros pontos de atendimento, no País ou no exterior;
 - c) os planos de cargos, salários, vantagens e benefícios, e aprovar o Regulamento de Pessoal da BB DTVM;
 - d) a participação dos funcionários nos lucros e resultados na forma da legislação vigente.
- XII - manifestar-se sobre as demonstrações financeiras;
- XIII - autorizar e assegurar a criação de canal de denúncias, bem como aprovar política de incentivo à denúncia de irregularidades e tomar conhecimento periódico das principais denúncias recebidas;
- XIV - aprovar as condições e regras para celebração de contratos ou negócios entre a companhia e quaisquer dos acionistas ou partes relacionadas;
- XV - realizar avaliação formal, anualmente, de seu desempenho, de seus conselheiros, da Diretoria Executiva e dos comitês de assessoramento;
- XVI - escolher e destituir os auditores independentes responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras anuais da Companhia;
- XVII - avaliar os relatórios emitidos pela auditoria independente.

§ 1º A Estratégia Corporativa da BB DTVM será fixada para um período de cinco anos, devendo ser revista anualmente.

§ 2º A fiscalização de que trata o inciso VI deste artigo poderá ser exercida isoladamente por qualquer conselheiro, o qual terá acesso aos livros e papéis da BB DTVM e às informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos que considere

8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



4594702

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame ao Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORI

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel
Assessora Plena
Deori/Diim

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016



4594703

necessários ao desempenho de suas funções, podendo requisitá-los, diretamente, a qualquer membro da Diretoria Executiva. As providências daí decorrentes, inclusive propostas para contratação de profissionais externos, serão submetidas à deliberação do Conselho de Administração.

Funcionamento

Art. 17 O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença de, no mínimo, a maioria dos seus membros:

- I - ordinariamente, uma vez a cada dois meses; e
- II - extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, ou a pedido de, no mínimo, dois conselheiros.

§ 1º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente.

§ 2º A reunião extraordinária solicitada pelos conselheiros, na forma do inciso II deste artigo, deverá ser convocada pelo Presidente nos sete dias que se seguirem ao pedido; esgotado esse prazo sem que o Presidente a tenha convocado, qualquer conselheiro poderá fazê-lo.

§ 3º O Conselho de Administração delibera por maioria de votos dos membros presentes, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Presidente do Conselho, ou do seu substituto no exercício das funções.

§ 4º Fica facultada, mediante justificativa, eventual participação dos conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

Seção III – Diretoria Executiva

Composição, prazo de gestão e vedações

Art. 18 A BB DTVM será administrada por uma Diretoria Executiva, composta por três membros, sendo:

- I - um Diretor-Presidente; e
- II - dois Diretores-Executivos.

§ 1º Os eleitos para a Diretoria Executiva terão mandato de três anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros.

§ 2º Todos os membros da Diretoria Executiva serão escolhidos dentre os funcionários do quadro de pessoal da ativa do Banco do Brasil S.A., em atividade no próprio Banco ou em suas subsidiárias.

Art. 19 A investidura em cargo da Diretoria Executiva requer dedicação integral, sendo vedado a qualquer de seus membros, sob pena de perda do cargo, o exercício de atividades em outras sociedades ou instituições com fim lucrativo, salvo:

- I - em conselho de administração de sociedades das quais o Banco do Brasil S.A. participe direta ou indiretamente;
- II - em conselho de administração de outras sociedades, por autorização prévia e expressa do Conselho de Administração.



4894704

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos preteridos, consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hicket
Assessora Plena
Deor/Diim

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016



4594705

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos, por um período de seis meses, contados do término da gestão, se prazo maior não for fixado nas normas regulamentares de:

- I - exercer atividades ou prestar qualquer serviço a sociedades ou entidades concorrentes das sociedades integrantes do Conglomerado Banco do Brasil S.A.;
- II - aceitar cargo de administrador ou de conselheiro, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão; e
- III - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da Administração Pública Federal com que tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão.

§ 2º Durante o período de impedimento, os ex-membros da Diretoria Executiva fazem jus a remuneração compensatória equivalente à da função que ocupavam.

§ 3º Finda a gestão, os ex-Diretores sujeitam-se às normas internas do Banco do Brasil, aplicáveis a todos os seus funcionários, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 4º Salvo dispensa do Conselho de Administração, na forma do § 6º, o descumprimento da obrigação de que trata o § 2º implica, além da perda da remuneração compensatória prevista no § 3º, a devolução do valor já recebido a esse título e o pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total da remuneração compensatória que seria devida no período, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos a que eventualmente der causa.

§ 5º O Conselho de Administração pode, a requerimento do ex-membro da Diretoria Executiva, dispensá-lo do cumprimento da obrigação prevista no § 2º, sem prejuízo das demais obrigações legais a que esteja sujeito. Nessa hipótese, não é devido o pagamento da remuneração compensatória a que alude o § 3º, a partir da data em que o requerimento for recebido.

Substituições e vacância

Art. 20 Os afastamentos de até 30 dias, exceto licenças, dos Diretores-Executivos, serão concedidos pelo Diretor-Presidente. Os afastamentos do Diretor-Presidente, as licenças deste e dos Diretores-Executivos serão concedidas pelo Conselho de Administração.

§ 1º As atribuições individuais do Diretor-Presidente serão exercidas, durante seus afastamentos e demais licenças:

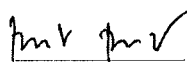
- I - de até 30(trinta) dias consecutivos, por um Diretor-Executivo por ele indicado; e
- II - superiores a 30(trinta) dias consecutivos, por quem for nomeado interinamente pelo Conselho de Administração.

§ 2º No caso de vacância, o cargo de Diretor-Presidente será ocupado, até a posse do seu sucessor, por um Diretor-Executivo designado pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 3º Nas ausências do Diretor-Executivo não responsável pela gestão de recursos de terceiros, as suas funções passarão à responsabilidade do Diretor-Presidente, e, na falta deste, por quem for designado pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 4º Nas ausências do Diretor-Executivo responsável pela gestão de recursos de terceiros, as suas funções passarão à responsabilidade de funcionário que exerça a função de Gerente Executivo da BB DTVM, no exercício de função compatível com o cargo, designado por um Diretor-Executivo da BB DTVM.

§ 5º Nas hipóteses previstas nos §§ 1º a 3º deste artigo, o Diretor-Presidente ou o Diretor-Executivo acumulará suas funções com as do Diretor-Presidente ou do Diretor-Executivo, conforme o caso, sem acréscimo de remuneração.

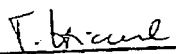

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

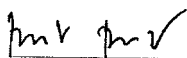
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016



4594706

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito
dos atos praticados, consta de carta enviada a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF


9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Mickel
Assessora Plena
Deorf/Difin


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016

15
12

Atribuições

Art. 21 São atribuições da Diretoria Executiva:

- I - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração;
- II - submeter ao Conselho de Administração, por intermédio do Diretor-Presidente, propostas à sua deliberação;
- III - fazer executar as políticas, a estratégia corporativa, os planos e o orçamento da BB DTVM;
- IV - aprovar e fazer executar a alocação de recursos para atividades operacionais e para investimentos;
- V - distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, observada a legislação vigente;
- VI - fixar as atribuições e alçadas das unidades que compõem a estrutura administrativa da BB DTVM, inclusive seus comitês, observados os limites fixados pelo Conselho de Administração; e
- VII - decidir sobre situações não compreendidas nas atribuições de outro órgão de administração e sobre casos extraordinários.

Atribuições individuais

Art. 22 Os membros da Diretoria Executiva são investidos das atribuições e poderes legais necessários ao funcionamento da BB DTVM e à realização de seu objeto social, cabendo, em especial:

- I - a todos os Diretores, individualmente:
 - a) representar a BB DTVM, as Carteiras, Clubes e Fundos de Investimento, ativa ou passivamente, em Juízo e fora dele, podendo para tal fim constituir procuradores ou designar prepostos, observado o artigo deste Estatuto que trata da constituição de mandatários;
 - b) exercer as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração; e
 - c) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração, da Assembleia Geral, as decisões colegiadas da Diretoria Executiva e as disposições legais e regulamentares aplicáveis à BB DTVM;
- II - ao Diretor-Presidente:
 - a) dirigir a BB DTVM;
 - b) convocar e instalar as Assembleias Gerais e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
 - c) apresentar à Assembleia Geral o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva e propostas para sua deliberação; e
 - d) nomear, remover, promover, comissionar e descomissionar funcionários, podendo outorgar esses poderes com limitação expressa;
- III - a cada Diretor-Executivo:
 - a) assistir ao Diretor-Presidente na direção dos negócios da BB DTVM;

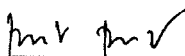


4594708

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame ao Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF


9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel
Assessora Plena
Deorf/Difin

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



4594709

- b) administrar, supervisionar e coordenar as áreas que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração;
- c) prestar assessoria aos trabalhos da Diretoria Executiva, no âmbito das respectivas atribuições; e
- d) executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Diretor-Presidente.

Segregação da administração de recursos de terceiros

Art. 23 Ao Diretor-Executivo responsável pela administração e gestão de recursos de terceiros não podem ser atribuídas a administração, a supervisão ou a coordenação das áreas responsáveis por:

- I - atividades e operações da BB DTVM a que se refere o inciso II do art. 2.º deste Estatuto; e
- II - serviços relativos à liquidação e custódia dos ativos de terceiros.

Constituição de mandatários

Art. 24 A constituição de mandatários da BB DTVM compete, isoladamente, ao Diretor-Presidente ou a qualquer dos Diretores-Executivos e observará precisa especificação de poderes e prazo de duração do mandato que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo único. A BB DTVM somente se obrigará perante terceiros ou os exonerará de responsabilidade para com ela mediante assinatura conjunta de dois dos membros da Diretoria Executiva, ou de um membro da Diretoria Executiva e um procurador, ou de dois procuradores, salvo os casos de endosso em títulos cambiários e cheques a estabelecimentos bancários para crédito em conta da BB DTVM, em que bastará uma única dessas assinaturas. Tal exigência não se aplica às hipóteses em que a BB DTVM atuar como representante de fundos de investimento.

Funcionamento

Art. 25 O funcionamento da Diretoria Executiva será disciplinado no seu Regimento Interno, observado o disposto neste artigo.

§ 1º A Diretoria Executiva reunir-se-á, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente, sendo necessário:

- I - a presença de, no mínimo, dois dos membros da Diretoria Executiva, dentre os quais o Diretor-Presidente, efetivo ou substituto no exercício do cargo; e
- II - a presença do Diretor-Executivo responsável pela administração de recursos de terceiros, efetivo ou substituto no exercício do cargo, nas reuniões em que se deliberar sobre essa matéria.

§ 2º As deliberações exigem a aprovação de, no mínimo, dois dos membros da Diretoria Executiva.

Seção IV – Organização Administrativa

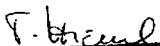
Funcionários

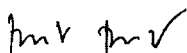
Art. 26 O quadro de pessoal da BB DTVM será composto exclusivamente por funcionários cedidos pelo Banco do Brasil S.A., mediante ressarcimento dos custos, facultada a aceitação de estagiários e,



4594710

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos processuais consta de carta enviada à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORFI


9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel
Assessora Plena
Deori/Difin


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016

17
12



em casos especiais definidos pela Diretoria Executiva, a contratação de mão-de-obra por prazo determinado.

Parágrafo único. Os funcionários cedidos para a BB DTVM não poderão exercer nenhuma outra atividade junto ao Banco do Brasil S.A., exceto na atuação como educadores ou colaboradores em cursos, programas, projetos e/ou trabalhos técnicos, mediante acordo entre as partes.

Utilização da estrutura do Banco do Brasil

4594711 Art. 27 A BB DTVM utilizará, preferencialmente, a estrutura do Banco do Brasil S.A. para a execução dos serviços necessários ao exercício de suas atividades operacionais, observadas as normas sobre segregação da administração de recursos de terceiros.

Ouvidoria

Art. 28 A BB DTVM integra o componente organizacional único de Ouvidoria do Banco do Brasil S.A. que atuará em seu nome.

§ 1º Além de outras previstas na legislação específica, constituem atribuições da Ouvidoria:

- I - receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários;
- II - prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
- III - informar o prazo previsto para resposta final;
- IV - propor à Diretoria Executiva medidas corretivas ou de aprimoramento dos procedimentos e rotinas da instituição; e
- V - elaborar e encaminhar à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva, relatórios semestrais sobre sua atuação, contendo as proposições mencionadas no item anterior.

§ 2º A atuação da Ouvidoria será pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, sendo dotada de condições adequadas para o seu efetivo funcionamento.

§ 3º A Ouvidoria terá assegurado o acesso às informações necessárias para sua atuação, podendo, para tanto, requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, observada a legislação relativa ao sigilo bancário.

§ 4º A função de Ouvidor será desempenhada por funcionário da ativa do Banco do Brasil S.A., detentor de comissão compatível com as atribuições da Ouvidoria, o qual terá mandato de um ano, renovável por iguais períodos, sendo designado e destituído, a qualquer tempo, pelo Presidente daquela instituição.

§ 5º O funcionário designado para o exercício das atribuições de ouvidor não perceberá outra remuneração além daquela prevista para a comissão que originalmente ocupa.

CAPÍTULO VI – ÓRGÃOS AUXILIARES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comitê de Remuneração

Art. 29 A BB DTVM é aderente ao Comitê de Remuneração único do Conglomerado Banco do Brasil, que exercerá suas atribuições e responsabilidades junto à BB DTVM, de acordo com o previsto na legislação e no Estatuto Social da instituição líder.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



4594712

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel
Assessora Plena
Deorf/Dlfin

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016



4594713

Comitê de Auditoria

- Art. 30 A BB DTVM é aderente ao Comitê de Auditoria único do Conglomerado Banco do Brasil, que exercerá suas atribuições e responsabilidades junto à BB DTVM, de acordo com o previsto na legislação e no Estatuto Social da instituição líder.

CAPÍTULO VII – CONSELHO FISCAL

Composição, funcionamento e atribuições

- Art. 31 O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente e será constituído de três membros efetivos e respectivos suplentes, todos brasileiros, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, que lhes fixará a remuneração, observada a legislação aplicável.

§ 1º À União é assegurado o direito de indicar para o Conselho Fiscal um de seus Conselheiros e respectivo suplente, cuja escolha recairá em representante do Ministério da Fazenda.

§ 2º O Conselho Fiscal reunir-se-á em sessão ordinária, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que julgado necessário por qualquer de seus membros ou pela Administração da BB DTVM. As decisões serão tomadas por maioria de votos.

§ 3º Perderá o cargo, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro reuniões ordinárias alternadas durante o prazo do mandato.

§ 4º Além das competências definidas em lei, caberá, em especial, ao Conselho Fiscal:

I – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras da companhia e, emitir parecer técnico sobre elas;

II – examinar as demonstrações financeiras do exercício social e, sobre elas opinar;

III – fiscalizar a adequação das diretrizes e políticas gerais e específicas de gerenciamento de riscos e controles internos e *compliance*, bem como examinar seus instrumentos de mitigação e saneamento. E, inclusive, avaliar o cumprimento de leis, normas e regulamentos por parte da companhia;

IV - tomar conhecimento dos relatórios emitidos pela auditoria independente e, sobre eles opinar;

V - acompanhar a criação de canal de denúncias por parte do Conselho de Administração e, após criado, tomar conhecimento de toda e qualquer denúncia apresentada por esse canal, incluindo eventuais fraudes e desvios de conduta pertinentes às demonstrações financeiras, à divulgação de resultados ou relatórios encaminhados aos órgãos reguladores;

VI - fiscalizar as operações com partes relacionadas, acompanhando e verificando se a condução delas atende aos parâmetros legais e de mercado e, ainda, se estão claramente refletidas nos relatórios e demonstrações financeiras da administração;

VII – realizar avaliação anual do seu desempenho e do desempenho dos seus Conselheiros, conforme metodologia aprovada pelo Conselho Fiscal.

- Art. 32 Os Conselheiros Fiscais assistirão às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre assuntos em que devam opinar.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal comparecerá ou far-se-á representar por pelo menos um de seus membros, às reuniões da Assembleia Geral, respondendo aos pedidos de informações formulados pelo acionista.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDDFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016



4694714

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito
dos atos praticados, consiste de carta enviada à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel
Assessora Plena
Deorf/Difin

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016



Impedimentos

- Art. 33 Além dos impedimentos previstos no art. 9.º deste Estatuto, não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal, membros dos órgãos de administração e funcionários da BB DTVM, de sociedade em que participe ou, ainda, do Banco do Brasil ou de sociedade em que este participe.

4594715 Dever de informar e outras obrigações

- Art. 34 Os membros do Conselho Fiscal acionistas do Banco do Brasil devem observar também os deveres previstos no art. 13 deste Estatuto.

CAPÍTULO VIII – AUDITORIA INTERNA

Auditoria Interna

- Art. 35 A BB DTVM integra o componente organizacional único de Auditoria Interna do Banco do Brasil S.A., que atuará em seu nome.

CAPÍTULO IX– EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Exercício social

- Art. 36 O exercício social coincidirá com o ano civil, com término no dia 31 de dezembro de cada ano.

Demonstrações financeiras

- Art. 37 Serão levantadas demonstrações financeiras ao final de cada semestre e, facultativamente, balanços intermediários em qualquer data, inclusive para pagamento de dividendos, observadas as prescrições legais.

§ 1º As demonstrações financeiras semestrais e anuais, além dos requisitos legais e regulamentares, devem conter:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstrações do resultado;
- III - demonstração das mutações do patrimônio líquido; e
- IV - demonstração dos fluxos de caixa.

§ 2º As demonstrações financeiras anuais deverão ser submetidas à auditoria, por auditores independentes.

Destinação do lucro

- Art. 38 Após a absorção de eventuais prejuízos acumulados e deduzida a provisão para pagamento do imposto de renda, do resultado de cada semestre serão apartadas verbas que, observados os limites e condições exigidos por lei, terão, pela ordem, a seguinte destinação:

- I - constituição de Reserva Legal;



4594716

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito
dos atos praticados, consta de carta de aprovação.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORFI

T. Rodrigues Hickel

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hickel
Assessora Plena
Deorf/Difin

Bernardo F. S. Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016

ESTATUTO SOCIAL
BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

20
12



4594717

- II - constituição, se for o caso, de Reserva de Contingência e de Reservas de Lucros a Realizar;
- III - pagamento de dividendo, observado o disposto nos artigos 39 e 40 deste Estatuto;
- IV - constituição de Reserva Estatutária para garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da BB DTVM, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, apurado após as destinações anteriores, até o limite do capital social; e
- V - constituição de demais reservas e retenção de lucros previstas na legislação.

Parágrafo único. Na constituição de reservas serão observadas, ainda, as seguintes normas:

- I - as reservas e retenção de lucros de que tratam os incisos IV e V não poderão ser aprovadas em prejuízo da distribuição do dividendo mínimo obrigatório;
- II - o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; e
- III - as destinações do resultado, no curso do exercício, serão realizadas pela Diretoria Executiva, na forma da deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme disposto nos artigos 16, incisos III, "a", e 21, inciso V, ocasião em que serão apresentadas as justificativas dos percentuais aplicados na constituição da reserva estatutária de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo.

Dividendo obrigatório

Art. 39 Aos acionistas é assegurado o recebimento semestral de um dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado como definido em lei e neste Estatuto.

§ 1º O dividendo correspondente aos semestres de cada exercício social será declarado por ato da Diretoria Executiva, aprovado pelo Conselho de Administração.

§ 2º Os valores dos dividendos devidos aos acionistas sofrerão incidência de encargos financeiros na forma da legislação, a partir do encerramento do semestre ou do exercício social em que forem apurados até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada em lei, pela Assembleia Geral ou por deliberação da Diretoria Executiva.

§ 3º É admitida a distribuição de dividendos intermediários em períodos inferiores ao previsto no *caput* deste artigo, observado o disposto no artigo 16, inciso III, "a" e "b" e § 1º deste artigo.

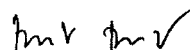
Juros sobre o capital próprio

Art. 40 Observada a legislação vigente, na forma da deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria Executiva poderá autorizar, o pagamento ou o crédito aos acionistas de juros, a título de remuneração do capital próprio, bem como imputação do seu valor ao dividendo mínimo obrigatório.

§ 1º Caberá à Diretoria Executiva fixar o valor e a data do pagamento ou crédito de cada parcela dos juros, autorizado na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º Os valores dos juros devidos aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio, sofrerão incidência de encargos financeiros na forma do § 2º do artigo precedente.

16


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016



4594718

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco
Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito
dos atos praticados, consta de carta dirigida a parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Hinkel
Assessora Plena
Deorf/Dfin

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016

21
/ 12



4594719

CAPÍTULO X- LIQUIDAÇÃO

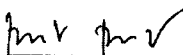
- Art. 41 A BB DTVM entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, à qual caberá estabelecer o modo de liquidação, bem como eleger os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

- Art. 42 A Diretoria Executiva fará publicar no Diário Oficial da União o Regulamento de Licitações.

Parágrafo único. A publicação pode ser dispensada quando o Regulamento de Licitações for idêntico ao do Banco do Brasil S.A. e já houver sido efetuada a publicação em causa.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de junho de 2016.


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016



4594720

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados, consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - DEORF

9.302.852-0 - Teresa Rodrigues Higuchi
Assessora Plena
Deorf/Difin

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BB GESTAO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S A
Nire: 33300019804
Protocolo: 0020162843291 - 27/07/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 28/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 5DA5744171E876B9DE066371BF2744DB80D7950EEE06E6C44CDFFE4244BC7A89
Arquivamento: 00002933089 - 01/08/2016